

Legitimidade ativa da Defensoria Pública para a defesa coletiva dos Direitos do Consumidor

Bruna Simões França

EDITORA
PRISMAS
Curitiba
2015

**Legitimidade ativa da Defensoria Pública para a defesa coletiva dos
Direitos do Consumidor**

Bruna Simões França

1ª Edição - Copyright© 2015

Todos os Direitos Reservados.

Editora Prismas/ Editora Appris

Editor Chefe:

Vanderlei Cruz

editorchefe@editoraprimas.com

Coordenadora Administrativa:

Eliane Andrade

administrativo@editoraappris.com.br

Diagramação e Projeto Visual:

Cláudia Reucher

Capa:

Danielle Paulino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz

Bibliotecária CRB 9-626

França, Bruna Simões

F814 Legitimidade ativa da Defensoria Pública para a defesa coletiva
dos Direitos do Consumidor

2015 / Bruna Simões França. – 1. ed. – Curitiba : Editora Prismas,
2015. 199 p. ; 21 cm

ISBN: 978-85-68274-49-1

1. Direito do consumidor. 2. Defensoria pública. I. Título.

CDD (22. ed.) 343.071

CDU – 351.824.5

EDITORA
PRISMAS

Editora Prismas

Fone: (41) 3156-4731

Rua José Tomasi, 924 - Santa Felicidade

Curitiba/PR - CEP: 82015-630

www.editoraprimas.com

Sumário

Introdução.....	17
-----------------	----

I

Direito do Consumidor: Breve Histórico	19
-----------------------------------------------------	-----------

1.1. O Desenvolvimento do Direito do Consumidor no Mundo.....	28
---------------------------------------------------------------	----

1.1.1. Revolução Industrial e desenvolvimento das relações mercantis	30
----------------------------------------------------------------------------	----

1.1.2. Resolução 39/248 da Organização das Nações Unidas	33
----------------------------------------------------------------	----

1.1.3. Proteção ao Consumidor nos Estados Unidos	35
--------------------------------------------------------	----

1.1.3.1. A Class Action Norte Americana.....	36
----------------------------------------------	----

1.1.4. Proteção ao Consumidor na Europa.....	55
----------------------------------------------	----

1.2. O Desenvolvimento do Direito do Consumidor no Brasil	62
-----------------------------------------------------------------	----

1.2.1. Evolução Legislativa.....	63
----------------------------------	----

1.2.2. O Direito do Consumidor e a Constituição Federal	68
---------------------------------------------------------------	----

1.2.3. Dispositivos constitucionais de Defesa do Consumidor	76
-------------------------------------------------------------------	----

1.2.3. O Código de Defesa do Consumidor e Política Nacional de Relações de Consumo	79
------------------------------------------------------------------------------------------	----

1.2.3.1. A tutela coletiva das relações de consumo.....	85
---------------------------------------------------------	----

II

A tutela dos direitos metaindividuais do consumidor e as previsões legislativas	91
----------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

2.1. Código de Defesa do Consumidor e Diferenciação dos Direitos Coletivos <i>Lato Sensu</i>	95
----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.1. Direitos Difusos.....	96
------------------------------	----

2.1.2. Direitos Coletivos.....	98
--------------------------------	----

2.1.3. Direitos Individuais Homogêneos.	101
----------------------------------------------	-----

2.2. Formas de Defesa do Consumidor em Juízo no Código de Defesa do Consumidor	104
--------------------------------------------------------------------------------------	-----

2.1.1. Microsistema das Ações Coletivas	106
2.2.2. Disposições Processuais	108
2.3. Legitimidade para ações coletivas envolvendo relações de consumo	112
2.3.1. Legitimados e os princípios da Constituição Federal	121
2.3.2. Natureza Jurídica da legitimidade	126
2.3.3. Necessidade de pertinência temática	128

III

Defensoria Pública e Legitimidade para defesa de interesses coletivos de direito do consumidor

3.1. Defensoria Pública e seu papel constitucional	145
3.1.1. Função Essencial à Justiça	148
3.1.2. Defensoria Pública e Efetivação da Dignidade da Pessoa Humana	150
3.1.3. Defensoria Pública e Assistência Jurídica e Judiciária	156
3.2. Lei Complementar 80/94	162
3.3. Conceito de Hipossuficiência	166
3.3.1. Hipossuficiência Econômica	168
3.3.2. Hipossuficiência Jurídica	170
3.3.3. Hipossuficiência Organizacional	173
3.3.4. Vulnerabilidade no Código de Defesa do Consumidor	175
3.4. Defesa de Direito Individual Homogêneo do Consumidor e grupos não hipossuficientes economicamente	179
3.5. Defesa de Direitos Difusos do Consumidor	182
3.6. Consumidores Superendividados	183
3.7. Litisconsórcio	185

Conclusão

Referências Bibliográficas